



**DESENVOLVIMENTO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: O IMPACTO DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA (SANTO ANTÔNIO, JIRAU E A BR-319) NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E NOS CONFLITOS SOCIAIS EM RONDÔNIA**

**DEVELOPMENT AND DETERRITORIALIZATION: THE IMPACT OF MAJOR INFRASTRUCTURE PROJECTS (SANTO ANTÔNIO, JIRAU, AND BR-319) ON TERRITORIAL RECONFIGURATION AND SOCIAL CONFLICTS IN RONDÔNIA**

**DESARROLLO Y DETERRORIZACIÓN: EL IMPACTO DE LAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA (SANTO ANTÔNIO, JIRAU Y BR-319) EN LA RECONFIGURACIÓN TERRITORIAL Y LOS CONFLICTOS SOCIALES EN RONDÔNIA**

**Jean Souza Lemes<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho analisa como as grandes infraestruturas em Rondônia, especialmente as hidrelétricas localizadas no Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e a BR-319, modificam o território e intensificam os conflitos sociais. Os achados, provenientes de uma pesquisa qualitativa de caráter comparativo, a qual inclui a análise de documentos e de dados geoespaciais, evidenciam que tais obras atuam como um impulso para a grilagem e a violência, sobretudo em relação a

---

<sup>1</sup> Graduando de direito (5º período) pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: [jeansouzalemess@hotmail.com](mailto:jeansouzalemess@hotmail.com). Lattes:.....ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7641-3286>



povos indígenas e comunidades ribeirinhas. A salvaguarda dos direitos territoriais tradicionais, assim sendo, ainda necessita de políticas públicas de mitigação eficazes, sobretudo levando em conta o progresso dessas intervenções.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Infraestrutura; Rondônia; Conflitos Socioambientais; Povos Indígenas.

## Introdução

A Amazônia tem sido concebida sob a égide do "desenvolvimento", que favorece ambiciosos projetos de integração econômica e logística, sustentados por políticas públicas, como os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC). Este modelo promove a ampliação de estradas e usinas hidrelétricas para o progresso nacional, contudo, frequentemente entra em conflito com as terras que são historicamente ocupadas por povos indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. Esse fenômeno é perceptível em Rondônia, que é cortada pela BR-319 e impactada pelas hidrelétricas do Madeira (Santo Antônio e Jirau). Essas intervenções ocasionam significativas modificações na maneira como o solo é empregado, reconfigurando as territorialidades e resultando em conflitos sociais.

O artigo questiona como as hidrelétricas do Madeira e da BR-319 afetam o uso e a posse da terra em Rondônia, promovendo grilagem e intensificando conflitos sociais com comunidades indígenas e ribeirinhas. A relevância das questões ambientais e sociais na Amazônia, intensificada pelos riscos climáticos, justifica a pesquisa. Os objetivos são: analisar a relação entre infraestrutura e conflitos sociais; verificar transformações fundiárias; e avaliar a eficácia das estratégias de mitigação.



## **METODOLOGIA**

Utiliza-se uma abordagem qualitativa com base crítico-dialética para entender as contradições entre políticas de desenvolvimento e direitos territoriais tradicionais. O estudo comparativo analisa os impactos das hidrelétricas do Madeira e da BR-319. A coleta de dados incluiu: Análise de políticas públicas; Estudos de Impacto Ambiental; Relatórios de Impacto Ambiental; Dados geoespaciais de desmatamento e conflitos da CPT; Documentos de ONGs e movimentos sociais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

O Estado brasileiro historicamente tem empregado grandes obras com o intuito de promover a ocupação e integrar economicamente a Amazônia, a partir da construção da Transamazônica, considerando o território como um espaço econômico em interação com os mercados nacional e global. Em oposição, às comunidades tradicionais percebem o território como um ambiente de existência, cultura e perpetuação social. A disposição econômica impulsionada pela infraestrutura desencadeia conflitos que não se manifestam apenas como efeitos colaterais, mas sim como instrumentos intencionalmente elaborados para assegurar a apropriação e o domínio territorial, frequentemente resultando em expulsões e violência direcionadas a grupos tradicionais.

### **Hidrelétricas do Rio Madeira:**

Em face da crise energética que afeta de forma significativa o país, em conjunção com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), surgiu a necessidade de grandes barragens para a construção das usinas hidrelétricas



Santo Antônio e Jirau. Essas estruturas alteraram significativamente o regime hidrológico da área, resultando na formação de extensos lagos artificiais. Por conseguinte, essa circunstância teve um efeito profundo sobre a vida das comunidades locais, levando à realocação de milhares de ribeirinhos, os quais são frequentemente designados como os "atingidos" por essas transformações.

Essas alterações afetam de maneira substancial e prejudicial a prática de pesca artesanal, a qual é fundamental para a subsistência e a preservação da comunidade local na área. Essa prática não somente assegura a subsistência de diversas famílias, mas também está profundamente relacionada à cultura e às tradições da região. As tensões sociais têm se intensificado, especialmente no que diz respeito à busca por compensações que sejam percebidas como justas e eficazes. Essa circunstância se torna ainda mais patente em virtude da pressão enfrentada atualmente pelo município de Porto Velho, onde o fenômeno da periferização ocorre de maneira célere e sem precedentes.

O crescimento da desigualdade social representa um reflexo das adversidades que numerosos cidadãos encontram na busca por direitos e por condições de vida adequadas, ressaltando a necessidade premente de medidas que fomentem a justiça social e a equidade na repartição de recursos e oportunidades.

Essa situação provoca um aumento na vulnerabilidade das comunidades indígenas localizadas nessas áreas, tornando-as ainda mais suscetíveis a várias adversidades. Apesar da existência de exigências estabelecidas nos procedimentos de licenciamento, a redução dos impactos socioambientais revelou-se, de maneira



inequívoca, ineficaz. Isso ressalta a falta de uma vigilância apropriada por parte das autoridades governamentais.

### **Rodovia BR-319:**

A rodovia BR-319 tem sido objeto de um intenso esforço de lobby para que sua revitalização seja realizada, com o propósito de fortalecer a integração logística na região amazônica. Esse projeto visa a facilitar o escoamento de produtos provenientes da Zona Franca de Manaus, ao mesmo tempo em que também contribui significativamente para a expansão do que é conhecido como “arco do desmatamento”, conforme apontado por dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE 2022).

Mesmo antes que as obras de pavimentação sejam finalizadas, já é possível notar a ocorrência de impactos bastante significativos que podem ser atribuídos ao fenômeno conhecido como "efeito espinha de peixe". Esse fenômeno tem gerado um aumento na especulação imobiliária, que, por sua vez, incentiva práticas ilegais como a grilagem de terras que são de propriedade pública e a posterior criação de ramais que não possuem a devida autorização, sendo, portanto, considerados ilegais.

Esse processo intensificou as tensões e desavenças com as comunidades indígenas e ribeirinhas e, além disso, impactou diretamente as Unidades de Conservação. Tal situação ameaça as comunidades que habitam de forma isolada ou que mantêm interação recente com a sociedade (Comissão Pastoral Da Terra – CPT, 2020). O crescimento do desmatamento manifesta-se de maneira



preocupante e constitui um indicativo evidente das significativas pressões exercidas sobre o território, promovidas pela ampliação da infraestrutura.

### **Infraestrutura como Vetor de Grilagem e Violência**

Apesar de existir uma diferença entre as obras que podem ser consideradas fixas, como as hidrelétricas, e aquelas que se classificam como lineares, como as rodovias, ambos os tipos de projeto compartilham uma lógica semelhante no que diz respeito à captação de capital especulativo. Essa captação se dá por meio da valorização das terras que estão ao redor dessas construções. Assim, tanto as construções duradouras quanto às intervenções lineares visam atrair investimentos que aumentem o valor dos imóveis nas imediações. A rodovia possibilita a acessibilidade física, o que leva à invasão de áreas ao redor. Por outro lado, a usina hidrelétrica, ao criar circunstâncias artificiais e especiais, acaba por legitimar, ao mesmo tempo que intensifica, a pressão exercida sobre as regiões vizinhas.

Os grupos indígenas, assim como as comunidades ribeirinhas, são frequentemente vistos como um obstáculo ao que é considerado "progresso", o que acaba desencadeando episódios de violência, expulsões e um processo de exclusão social. Essa situação é ainda mais severa devido à falta de ação e à morosidade das agências responsáveis pela regulação e fiscalização ambiental, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que não consegue reagir adequadamente diante da intensa ofensiva das obras em desenvolvimento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Com essa pesquisa foi possível averiguar como as políticas públicas voltadas para a infraestrutura no estado de Rondônia atuam como agentes dinâmicos e decisivos na reconfiguração do espaço territorial. Pode-se observar que a infraestrutura pública, longe de somente promover desenvolvimento, se revela também como um fator que impulsiona essas problemáticas sociais e ambientais. Essas edificações, longe de serem meramente instrumentos neutros direcionados ao avanço, atuam de fato como a “ponta de lança” de um paradigma que favorece a privatização dos recursos naturais disponíveis e que infringe de maneira recorrente os direitos territoriais que são historicamente reconhecidos.

Evidenciando-se a extrema importância de realizar um acompanhamento constante e sistemático do avanço das obras e melhorias da rodovia BR-319. Sendo necessário que se estabeleça uma conexão mais robusta entre as diversas políticas de infraestrutura e aquelas destinadas à proteção ambiental e das comunidades ribeirinhas. Essa integração buscando reduzir ao máximo os efeitos adversos que foram identificados no processo. Sendo necessário que todos esses esforços sejam conduzidos com respeito às especificidades territoriais e, ao mesmo tempo, promovendo a justiça social entre as populações afetadas.

### Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Estudos de impacto ambiental das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau**. Disponível em: [https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes\\_liferay/noticias\\_area/dsp\\_detalheNoticia.cfm?idNoticia=1660&idAreaNoticia=425/1000](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes_liferay/noticias_area/dsp_detalheNoticia.cfm?idNoticia=1660&idAreaNoticia=425/1000); Acessado em: 28/09/2026



BRASIL. **Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007 - 2010.** Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/arquivos/pac.pdf>; Acessado em 28/09/2025

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Relatório escancara os conflitos no campo em Rondônia.** Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2025/05/13/relatorio-conflitos-campo-rondonia/>; Acessado em: 02/10/2025

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Relatórios de proteção territorial. Brasília, 2021.** Disponível em: [https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/copy\\_of\\_transparencia-e-prestacao-de-contas/Relatorio\\_Gestao\\_Funai\\_2021.pdf](https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/copy_of_transparencia-e-prestacao-de-contas/Relatorio_Gestao_Funai_2021.pdf); Acessado em: 07/10/2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Monitoramento do desmatamento na Amazônia: PRODES e DETER.** Disponível em: <https://data.inpe.br/biombrasbr/>; Acessado em: 12/10/2025.

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; **Documentário sobre Jirau e Santo Antônio é lançado em Porto Velho;** Disponível em: <https://mab.org.br/2016/06/02/document-rio-sobre-jirau-e-santo-ant-nio-lan-ado-em-porto-velho/>; Acessado em: 15/10/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/index.php>; Acessado em: 07/10/2025.